



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Secretaria-Geral de Administração e Planejamento  
Comissão Permanente de Compras e Licitação

Avenida Governador Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - www.defensoria.ro.def.br

## JUSTIFICATIVA

### JUSTIFICATIVA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

#### I - DAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Tratam-se os autos de procedimento para aquisição de 03 portas de vidro temperado, com suas respectivas instalações, para atender a Defensor Público do Estado de Rondônia, núcleo de Guajará-Mirim.

O processo administrativo foi instaurado com o Memorando n.º 2/2023/DPE-GUA/DPERO (0138380) exarado pelo Defensor Público André Henrique Pinto Marques Caracas, daquela Comarca.

A Diretoria de Engenharia elaborou termo de referência (id. 0163157 e 0178717) Em seguida foram realizadas pesquisas de preços junto a fornecedores, conforme cotações abaixo elencadas.

a) Vidraçaria Aliança Eireli - CNPJ 07.906.181/0001-69, no valor de 14.440,00 (quatorze mil, quatrocentos e quarenta reais);

b) Vidraçaria Gatelli - CNPJ 29.672.483/0001-52, no valor de R\$ 7.907,00 (sete mil, novecentos e sete reais);

c) Vidraçaria JC - ME - CNPJ 27.437.677/0001-48, no valor de R\$ 5.601,75 (cinco mil, seiscentos e um reais e setenta e cinco centavos).

Verifica-se na planilha que a empresa que ofertou o menor preço foi a Vidraçaria JC - ME - CNPJ 27.437.677/0001-48, no valor de R\$ 5.601,75 (cinco mil, seiscentos e um reais e setenta e cinco centavos).

No entanto, nada obstante a empresa em tela ter oferecido melhor preço, o departamento de aquisição informou (Id. nº 0180918), que esta encontra-se com a certidão da Receita Federal vencida, nos seguintes termos: "Diante da possibilidade em se contratar por dispensa de licitação, este departamento fez juntada das certidões 0177664 da empresa que apresentou o menor preço na proposta 0180537, porém a mesma encontra-se com a certidão da Receita Federal vencida, a servidora Ana Helena (Guajará Mirim) em conversa junto a empresa foi informada que estão providenciando a regularização da mesma junto ao contador. (não informou quanto tempo levaria para regularizar)".

Deste modo, em despacho a Secretaria-Geral de Administração e Planejamento determinou em despacho (Id. nº 0183725) a elaboração de justificativa de dispensa de licitação, caso seja a hipótese ensejadora, para contratação com a empresa que apresentou o segundo melhor preço, mas que encontra-se com suas certidões negativas regulares.

Assim, foi juntada a documentação e certidões da empresa Vidraçaria Gatelli

(Id. nº0177678) - CNPJ 29.672.483/0001-52, que apresentou proposta no valor de R\$ 7.907,00 (sete mil, novecentos e sete reais)

O Departamento de Contabilidade informou que: Informamos que até a presente data, para o exercício financeiro de 2023 na UG - 300001 – DPE/RO **há** empenho emitido para a referida natureza e subelemento em questão, conforme descrito abaixo. Enquanto que para a UG - 300011 – FUNDEP, **não há** empenhos emitidos encontrados.

Portanto, em atendimento ao despacho exarado pela Exma. **Secretária-Geral de Administração e Planejamento** (id. nº 0183725), no sentido de que seja elaborada justificativa de dispensa de licitação, caso presente a hipótese ensejadora, esta Comissão assim se posiciona.

## II - DA JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

A aquisição do material visa suprir a necessidade de garantir que os assistidos não adentrem a sala de atendimento sem autorização e impedindo barulhos/transtornos causado pelos assistidos que ficam aguardando na recepção.

Considerando ainda que há necessidade de adquirir uma porta para separar o ambiente de atendimento ao público e a sala dos servidores administrativos, a fim de garantir a privacidade dos servidores que atuam no setor administrativo do núcleo do Guajará-Mirim.

A solução ainda garante uma melhor refrigeração para a sala, onde está localizado o rack da rede lógica, aparelho que necessita de boa refrigeração para seu funcionamento adequado.

## III - DA LEGALIDADE

É de conhecimento público que contratação de qualquer serviço através dispensa de licitação constitui medida excepcional na política de aquisições/contratações do poder público, e por isso, tal procedimento deve ser subsidiado por elementos objetivos indispensáveis à sua legalidade.

O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o art. 37, XXI, da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

A licitação foi o meio encontrado pela Administração Pública para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

A Constituição Federal de 1988 concedeu a possibilidade da contratação sem licitação desde que especificados em legislação, por lei ordinária. Diante disso a Lei nº 8.666/1993 estabeleceu a figura da **dispensa de licitação (art. 24)** e inexigibilidade de licitação (art. 25).

Ao compulsar os autos, verificam-se elementos objetivos que subsidiam legalmente o emprego da dispensa de licitação para a contratação ora pretendida, tendo em vista o valor acima citado.

Diante disso, após análise dos autos, verificou-se que a presente contratação poderá ser realizada por meio de dispensa de licitação em razão do baixo valor da aquisição, segundo dispõe o art. 24, inc. II, da Lei nº 8.666/1993, conforme trecho transcrito abaixo:

Art. 24. É dispensável a licitação.

(...)

II - para outros serviços e compras de valor até **10% (dez por cento)** do limite previsto na **alínea "a", do inciso II do artigo anterior** (R\$ 8.000,00) e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

I - para obras e serviços de engenharia:

(...)

II - para compras e serviços não referidos no inciso anterior

a) Convite - até **R\$ 80.000,00** (oitenta mil reais)

No entanto, é oportuno informar que o Decreto Federal nº 9.412/2018, atualizou os valores limite de três modalidades de licitação – convite, tomada de preços e concorrência, o que influencia diretamente no valor da dispensa de licitação prevista no artigo 24 da lei 8.666/93. Vejamos a redação do referido decreto:

Art. 1 - Os valores estabelecidos nos [incisos I e II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#), ficam atualizados nos seguintes termos:

I - para obras e serviços de engenharia:

a) na modalidade convite - até R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais);

b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e

c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e

II - para compras e serviços não incluídos no inciso I:

a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);

b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais); e

c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais).

Portanto, o valor máximo para as dispensas de licitação prevista no art. 24, inc. II, da Lei nº 8.666/1993 passa a ser de R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais).

Para ocorrer a dispensa de licitação, a lei de Licitações traz outras exigências, previstas no art. 26, senão vejamos:

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2o e 4o do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8o desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

A esse respeito, nota-se que foram satisfeitas as exigências do referido artigo, nesse sentido fazem-se necessárias às considerações abaixo:

1 - Quanto ao inciso I, não é aplicado ao caso;

2 - Quanto ao inciso II, à razão do fornecedor ou executante, qualifica-se por ser a empresa especializada que apresentou menor preço entre as propostas, possuir regularidade fiscal e trabalhista para contratar com a Administração e capacidade técnica para o fornecimento.

3 - Quanto ao inciso III, a justificativa do preço encontra-se na proposta de preços apresentada pela empresa Vidraçaria Gatelli - CNPJ 29.672.483/0001-52, no valor de R\$ 7.907,00 (sete mil, novecentos e sete reais), que apresentou o segundo melhor preço, mas será contratada porque a empresa que apresentou o melhor preço está com sua situação fiscal irregular.

4 - Quanto ao inciso IV, não é aplicado ao caso.

Assim sendo, verifica-se que a presente contratação apresenta os requisitos legais, sendo possível, portanto, a dispensa de licitação com base no art. 24, inc. II, da Lei nº 8.666/1993.

#### IV - DA CONCLUSÃO

Pelas razões expostas, e, sobretudo, pela estrita observância aos dispositivos legais que regulamentam a matéria para as aquisições aqui especificadas, justifica-se a contratação direta por **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, observada as demais exigências legais, para validar o respectivo ato.

Destacamos que a presente manifestação não vincula a decisão superior acerca da conveniência e oportunidade do ato, apenas faz uma contextualização fática e documental com base naquilo que está carreado ao processo. Contudo, vem somar no sentido de fornecer subsídios a autoridade superior, a quem cabe a análise desta decisão.

Porto Velho - RO, na data da assinatura.

**Antônio Carlos Mendonça Tavernard**

Analista Jurídico da CPCL/DPE/RO



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Carlos Mendonca Tavernard, Analista Jurídico**, em 13/04/2023, às 11:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://www.defensoria.ro.def.br/validar\\_sei](https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei) informando o código verificador **0185239** e o código CRC **9084A141**.